



**MPV 910**  
**00060**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA

**EMENDA Nº - CMMPV 910/2019**  
(à MPV nº 910, de 2019)

Acrescente-se o seguinte art. 40-C à Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, modificada pelo art. 2º da Medida Provisória nº 910, de 11 de dezembro de 2019, a seguinte redação:

“Art. 40-C. Extinguem-se as condições resolutivas porventura pendentes das áreas remanescentes de projetos criados pelo Incra, em data anterior a 10 de outubro de 1985, com características de colonização. Ressalva-se que eventuais parcelas pecuniárias ainda devidas deverão ser corrigidas e pagas no prazo de até 2 (dois) anos da edição da presente lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Aplica-se a Lei 11.952, de 2009, com alterações posteriores, à regularização fundiária das ocupações nas áreas urbanas e rurais do Incra, inclusive nas áreas remanescentes de projetos criados pelo Incra, em data anterior a 10 de outubro de 1985 com características de colonização, conforme estabelecido em regulamento

Hoje o Poder Executivo atribuiu a competência de análise e acompanhamento de CATP, CPCV e outros modelos de contratos, dos anos 1970 do INCRA para o próprio INCRA novamente (extinção SERFAL).

Trata da mesma forma contratos feitos há menos de uma década e contratos firmados no século passado, antes de 1985.

O cancelamento de títulos por inadimplência de condições resolutivas da década de 1970, ou seja, mais de 40 anos depois da licitação, penaliza os pioneiros e seus sucessores injustamente, gera judicialização, insegurança jurídica e foi causa de várias invasões em área rurais, mobilizando as energias do produtor para defender seu imóvel ao invés de produzir, que é sua vocação.



SF/19137.10437-06



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA

Devem ser extintas as condições resolutivas contratadas antes de 10 de outubro de 1985 em contratos firmados pelo INCRA em data anterior a 10 de outubro de 1985, isto porque esta solução desjudicializa a regularização de muitas áreas rurais, vencendo a causa de grandes conflitos agrários e perda de produção de várias áreas rurais por décadas.

A BR-163 (Cuiabá-Santarém) fez parte do PIN (Plano de Integração Nacional), na década de 1970, cujo lema era “integrar para não entregar”. Foi na mesma época e planejamento que foram licitados os imóveis rurais que pretendemos desjudicializar. Houve problemas de toda ordem, como falta de estradas, malária, dificuldade de assistência médica etc.

Em 2020, a BR-163 estará concluída, mas permanecem infrutíferas as várias tentativas de regularização destes imóveis licitados na década de 1970, pois mesmo com alterações na lei o problema persiste.

Por exemplo: exigir que seja cumprido um desmate de 50 % quando a legislação ambiental exige Reserva Legal de 80% na Amazônia é descabido. Houve causa superveniente que impede o cumprimento do avençado em muitos imóveis.

Mais ainda, a própria MP 910 exige o cumprimento da legislação ambiental como pré-condição para regularização dos imóveis.

Dessa forma, fazemos uma proposta que saneará grave injustiça com muitos pioneiros e seus sucessores, detentores de CATP, CPCV ou outro tipo de contrato, com matrícula no registro de imóveis e sem qualquer restrição de condição resolutiva e cujas famílias/sucessores estão trabalhando nas áreas desde a década de 1970, ou seja, há mais de 40 anos. Tal medida acabará com a maior causa de conflito agrário, insegurança jurídica e causa de violência no campo em Rondônia.

Sala da Comissão,

Senador CONFÚCIO MOURA



SF/19137.10437-06